

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.200 - PR (2019/0046377-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : AMAURI MARTINS DA SILVA
RECORRENTE : ANELITO VIEIRA DA SILVA
RECORRENTE : FERNANDO ANTONIO ZAMPA
RECORRENTE : IYONE LOPES
RECORRENTE : JUSTINIANO JOSE DOS SANTOS
RECORRENTE : JOSE PEDRO DOS SANTOS
RECORRENTE : LAURO MONTANHA
RECORRENTE : LOURDES MARIA DA SILVA
RECORRENTE : RUTH VIEIRA GALINDO
RECORRENTE : SEBASTIANA APARECIDA FERREIRA
RECORRENTE : VALDELI MORAES ALMEIDA
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS E OUTRO(S) - PR008123
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
VERÔNICA MASCHIO VIANNA DE SOUZA - PR064248
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA E OUTRO(S) - RS061655
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090
PAULA COELHO FREITAS - RS107236
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOAO CORREA SOBANIA E OUTRO(S) - PR011173

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RESPONSABILIDADE
SECURITÁRIA - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO –
DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO
PROCESSO - INSTAURAÇÃO DE IRDR E RESP ACERCA DO
TEMA – ESCORREITA – INTERESSE DA CEF – APÓLICES
PÚBLICAS – DETERMINAÇÃO DO STJ.
RECURSO DESPROVIDO.

Havendo determinação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de
suspender todos os processos em trâmite perante a Justiça Estadual,
que versem acerca da competência para o julgamento das ações de
seguro habitacional do ramo 66 e, tratando- se a presente demanda
deste tema, correta a decisão agravada, devendo ser mantida a
suspensão até que sobrevenha julgamento definitivo das questões
controvertidas.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, com aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Nas razões de recurso especial, a parte recorrente alega divergência de interpretação e violação do artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, alegando a inaplicabilidade da respectiva multa, uma vez que opostos embargos de declaração com o intuito de prequestionamento, não se revestindo de caráter protelatório.

Merece reforma o acórdão recorrido.

Com efeito, o entendimento do Tribunal de origem destoa do desta Corte, segundo o qual, sendo manifesto o intuito de prequestionamento dos embargos de declaração opostos na origem, e não identificando propósito protelatório ou abuso dos recorrentes pela sua oposição que justifique a penalidade aplicada, impõe-se o afastamento da sanção, nos termos da Súmula 98/STJ. Nesse sentido, confirmam-se:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS DE ACOMPANHANTE. PACIENTE IDOSO. CUSTEIO. RESPONSABILIDADE. PLANO DE SAÚDE. ESTATUTO DO IDOSO. NORMA DE APLICAÇÃO IMEDIATA. RESOLUÇÃO NORMATIVA. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTELATÓRIO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. MULTA. AFASTAMENTO.

(...)

7. Na hipótese em que os embargos de declaração objetivam prequestionar a tese para a interposição do recurso especial, deve ser afastada a multa do art. 1.026 do CPC/2015, com base na aplicação da Súmula nº 98/STJ.

8. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1793840/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 08/11/2019)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Não havendo omissão, obscuridade ou contradição, merecem ser rejeitados os embargos declaratórios interpostos.

2. O Tribunal julgou a questão posta aplicando fundamentadamente o

direito à espécie. Houve expresse enfrentamento e afastamento da tese fazendária no sentido de aplicar ao caso retroativamente as alterações produzidas pelos arts. 9º e 10, da Lei Complementar n.

160/2017 (provenientes da promulgação de vetos publicada no DOU de 23.11.2017) sobre o art. 30, da Lei n. 12.973/2014.

3. Inaplicável a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/2015, quando interpostos com o objetivo de suprir a exigência do enunciado n. 356 da Súmula do STF para a interposição de recurso extraordinário, posto que os "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Enunciado n. 98 da Súmula do STJ).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1605245/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 07/11/2019)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. ARTIGO 1.026, § 2º, DO CPC/15. SÚMULA N. 98/STJ. OFENSA AO ART. 1.022, II, DO CPC/15. OMISSÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO.

(...)

2. A multa inserta no parágrafo único do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, deve ser afastada em razão da orientação firmada no STJ de que "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório" (Súmula 98).

(...)

(AgInt no AREsp 1211001/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora